

## A protuberância da democracia

A atividade de computação é imprescindível para todos os cidadãos hoje em dia. O hackerativismo e o “*Ethical Hacking*”, que significa “hacker ético”, são temas que impactam a ordem pública e o progresso democrático, no que tange às bases. As formas da democracia e as estruturas políticas dos Estados, naturalmente, ensejam compreensões distintas sobre diversos temas.

Por definição, hackerativismo é uma palavra composta que, separadamente, o primeiro termo significa “alguém que aplica o seu engenho para conseguir um resultado inteligente”, de acordo com o *Tech Model Railroad Club*, e o segundo termo corresponde à “transformação da realidade por meio da ação prática”, de acordo com a lexicógrafa Débora Ribeiro. Assim, o hackerativismo é uma prática legal, suportada pela democracia, cujo um dos princípios é a liberdade de expressão. Geralmente, o ativismo é praticado por um coletivo, assim, indivíduos podem cometer atos lícitos ou ilícitos, no entanto, o ativismo permanece legal. O contexto sócio-histórico-cultural modifica os conceitos das palavras, por isso, é necessário descrever as mesmas para que possam ser compreendidas e avaliadas com relação à legalidade.

O primeiro termo de “*Ethical Hacking*” significa um “conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade”, de acordo com o dicionário online do *Google*, assim, para abordar o aspecto da legalidade, é necessário perguntar para quem. Pode-se perceber, pelas definições, que “*Ethical Hacking*” está contido em hackerativismo, dado que esteja dentro dos limites democráticos estabelecidos pela Lei Maior. Winston Churchill afirmou que a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais, assim, uma possível interpretação é que esta forma esteja sendo lapidada pelo exercício, logo, a fim de taxar a legalidade de assuntos diversos, é razoável que esta seja, futuramente, mais abrangente ou mais restrita.

Portanto, diante dos pontos supracitados, observa-se que ações de indivíduos ou coletivos como *Wikileaks* e *Anonymous* devem ser avaliadas separadamente. Estados promovem noções distintas sobre privacidade e liberdade de expressão, assim, à luz das nações, estas noções são aplicadas. A lei escrita é morta, o código é a nova lei, afirmou Sérgio Medeiros, doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Muitos detêm o saber de praticar atos ilícitos, mas isto não configura ilicitude. Logo, é democraticamente aceitável se declarar hackerativista, podendo ser, democraticamente, discordado. Eis a beleza do regime!